

33º Encontro Anual da ANPOCS

GT 4: Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais

O GT de conflitos ambientais da ANPOCS (2004-2008): balanço crítico

Eder Jurandir Carneiro

O GT de conflitos ambientais da ANPOCS (2004-2008): balanço crítico*

Eder Jurandir Carneiro**

I- INTRODUÇÃO

O trabalho procura recuperar a memória e apresentar um balanço crítico das edições do GT/ANPOCS sobre conflitos ambientais, em suas cinco edições (2004 a 2008). Pretende-se contribuir para a sistematização da reflexão coletiva empreendida no âmbito do GT, identificando-se suas principais transformações e os desafios a serem encarados no trabalho futuro.

O GT sobre conflitos ambientais originou-se, em 2004, a partir da experiência prévia acumulada no âmbito do GT “O desenvolvimento em questão na Amazônia brasileira”, que se reuniu em duas edições realizadas nos anos de 2002 e 2003. A criação do GT conflitos ambientais pode ser entendida como parte de um movimento acadêmico e político mais amplo de emergência de concepções e práticas voltadas à construção de um novo paradigma para a chamada “questão ambiental”. E, como avalia o relatório da primeira edição do GT, essa construção “requer a consideração crítica dos pressupostos do paradigma hegemônico, referenciado na noção de ‘desenvolvimento sustentável’” e a busca sistemática de uma reflexão coletiva sobre as desigualdades ambientais e os conflitos sociais a elas relacionados. Esse propósito garante a organicidade e a continuidade do O GT como um mesmo fórum de debate acadêmico, apesar das mudanças de nome ao longo do tempo (em 2004, Seminário Temático “Natureza e sociedade: a sustentabilidade em questão”; em 2005 e 2006, Grupo de Trabalho “Conflitos sociais e meio ambiente”; em 2007 e 2008, Seminário Temático “Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades”). Na verdade, essas variações de denominação indicam o esforço de abordar a mesma problemática de ângulos distintos. Trata-se, enfim, de distintas ênfases, propostas, a cada ano, pela coordenação do GT,

* Trabalho apresentado ao 33º Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu, outubro de 2009), com financiamento à participação concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

** Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei.

sempre a partir de avaliações e sugestões feitas pelos participantes da edição do ano imediatamente anterior.

O material empírico analisado no presente trabalho constitui-se das ementas, relatórios de avaliação, textos de debatedores e um total de 64 textos recebidos e aprovados pela coordenação do GT. Também foram consultadas informações existentes no site da ANPOCS e na Plataforma Lattes do CNPq. Sobre os textos recebidos, foram identificados o ano do recebimento, as temáticas tratadas, estados da federação em que se localizam os contextos empíricos estudados, característica “rural” ou “urbana” desses contextos, quadros conceituais mobilizados pelos autores, principais eixos dos debates teóricos realizados. Em relação aos 83 autores que enviaram textos ao GT, foram identificados seus nomes, pertencimento institucional, estágio na carreira acadêmica, área e instituição da maior titulação.

Conquanto eu tenha participado, em alguns anos, da coordenação do GT, as opiniões e avaliações expressas neste texto são estritamente pessoais e não são necessariamente compartilhadas pelos colegas que participaram da organização do GT nesses últimos cinco anos.

II- “QUEM” SÃO OS AUTORES/EXPOSITORES DO GT?

Iniciemos pela consideração do perfil dos pesquisadores que, até hoje, tiveram seus trabalhos aceitos para apresentação no GT. Para além da mera descrição desse perfil, a abordagem da questão permite avançar conjeturas sobre as variáveis que estariam determinando a sua formação. Supomos que esse perfil resulte de dois processos distintos: de um lado, estão as características mesmas dos pesquisadores que demandam o GT, em termos de seu pertencimento institucional, estado de origem, formação acadêmica, área de formação, temas estudados etc. É claro que a (re)produção de um conjunto de pesquisadores com certas características liga-se, por sua vez, a processos mais abrangentes, cuja análise escapa aos propósitos desse trabalho (por exemplo, a concentração de instituições de pertencimento e de pós-graduação nos estados do sudeste vincula-se às desigualdades regionais provocadas pelo tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil; de outro lado, estão os critérios, conscientes ou não, que têm

norteado o processo seletivo realizado pela coordenação do GT. Explicitar esses critérios e refletir sobre seus efeitos pode ser um exercício salutar, quando se busca a coordenação coletiva e lúcida do fórum.

Parece ainda razoável pensar que a formação do perfil dos que demandam o GT e a operação dos critérios de seleção dos trabalhos constituem fatores que se condicionam mutuamente: a natureza da demanda estabelece o que pode ser selecionado, estabelecendo as possibilidades e limites da seleção; de outra parte, a realização da seleção sinaliza aos demandantes o perfil dos que têm maiores chances de serem selecionados. É possível, assim que pelo menos parte dos demandantes de um determinado ano procure apresentar trabalhos que estejam mais próximos das características que, do ponto de vista desses demandantes, foram privilegiadas no processo seletivo do ano anterior. Isso não quer dizer que a adoção desse tipo de estratégia, por parte dos demandantes, resulte automaticamente no incremento de suas chances de êxito, porque os critérios, e o peso relativo de cada um deles no conjunto, podem variar de um ano para outro. Por exemplo, os temas e questões mais específicos que serão objeto das sessões do GT num certo ano são decididos pelos presentes ao encontro do ano anterior; variam, portanto, ao longo do tempo. Assim, seria de pouca valia a estratégia de apresentar propostas de comunicação que atendam aos temas e questões definidos na edição anterior do GT. Pode ser, também, por exemplo, que a coordenação do GT decida, num certo ano, que é preciso aumentar a incorporação de contribuição de autores que estejam no início da carreira acadêmica, critério que até então não vinha tendo muito peso na seleção. Vejamos, então, “quem” são os autores selecionados e quais são os critérios que vêm sendo utilizados para sua seleção (além, evidentemente, da consideração do mérito acadêmico).

Quando se examina a distribuição dos autores de todos os trabalhos até hoje apresentados, segundo os estados da federação em que se encontram as instituições em que trabalham esses pesquisadores (ver Tabela 1, em anexo), nota-se a preponderância de Minas Gerais (22 autores), seguida do Rio de Janeiro (19 autores) e São Paulo (12 autores). De maneira geral, verifica-se grande concentração dos autores na região sudeste (65%). Provavelmente, esses dados refletem, em grande medida, a própria concentração de universidades e institutos de pesquisa na região sudeste do país, o que faz com que a maioria das propostas de comunicação recebidas pela coordenação do GT também se origine dessa região. Com efeito, constata-se a preponderância do sudeste também

quando observamos que a região abriga nada menos que 17 (ou 53%) das 32 instituições a que se vinculam os 83 autores dos trabalhos até hoje apresentados no GT. Por fim, essa preponderância se reafirma, uma vez mais, quando consideramos os estados em que se localizam as instituições onde, à época de suas apresentações no GT, os pesquisadores obtiveram sua maior titulação ou onde estavam cursando pós-graduação (mestrado ou doutorado). Apenas três estados do sudeste (Minas Gerais, São Paulo e Rio) concentram 11 (ou 50%) das 22 instituições, pelas quais se formaram ou estavam se formando 48 (ou cerca de 60%) dos 83 pesquisadores que assinam os textos até hoje recebidos pelo GT. É de notar, ainda, que o estado do Rio de Janeiro abriga, sozinho, seis (ou cerca de 30%) dessas instituições e 23 (ou cerca de 30%) desses pesquisadores.

Infelizmente, não dispomos de todos os resumos enviados ao GT no período de 2004 a 2008 (é possível que esses arquivos não existam mais). Se os tivéssemos à mão, poderíamos verificar em que medida a distribuição dos trabalhos selecionados, conforme o estado em que se encontram as instituições de pertencimento dos autores, é representativa do perfil de distribuição espacial dos autores dos resumos enviados para seleção. Isso permitiria avaliar se o processo seletivo do GT tem colaborado para reproduzir, aprofundar ou amenizar a concentração de autores em estados do sudeste.

De outra parte, a predominância de trabalhos de autores cujas instituições de pertencimento localizam-se em estados do sudeste relaciona-se também, é claro, à maior proximidade em relação a Caxambu, o que significa, também, menores custos de deslocamento. Não tem sido raro, ao longo desses anos, um autor originário de um estado mais distante obter o aceite de sua comunicação, enviar o texto completo e não comparecer à reunião do GT. Nesse sentido, a adoção, por parte da direção da ANPOCS, do sistema de realização de cada encontro anual em uma cidade diferente (à maneira do que fazem, por exemplo, SBS, ABA, ANPUH etc.) poderia ser uma boa medida de democratização do acesso ao evento por parte dos pesquisadores das diversas regiões de um país tão extenso. Entretanto, o fator distância não parece ser a única variável em questão, já que ainda não se apresentaram no GT não apenas pesquisadores originários de estados muito distantes de Caxambu, como Rondônia, Roraima, Acre e Piauí, mas também de estados relativamente mais próximos, como Bahia, Goiás e Tocantins.

A coordenação do GT de conflitos ambientais tem procurado, ao longo do tempo, diminuir o predomínio de autores do sudeste: o percentual desses autores, em cada edição anual do GT, que, entre 2004 e 2007, oscilou entre 66% e 72%, declinou para 52% na

edição de 2008 do GT, ao passo que se elevou a participação de autores oriundos do nordeste (de 15,4%, em 2007, para cerca de 22%, em 2008) e do norte (de pouco mais de 15%, em 2007, cerca de 17%, em 2008). Ainda em relação ao grau de concentração da autoria dos trabalhos selecionados no sudeste, seria interessante comparar o GT de conflitos ambientais com os demais, para verificar em que medida se trata de uma tendência geral (em caso afirmativo, estaria reforçada a validade da adoção da rotatividade do local de realização do encontro anual da ANPOCS). Essa concentração tem sido objeto de preocupação explícita dos coordenadores do GT de conflitos ambientais, não só na seleção dos trabalhos, mas também na indicação dos quatro pesquisadores a serem financiados pela ANPOCS, em cada edição: tem sido norma, no GT, a indicação de autores dos estados mais distantes da federação. Pretende-se, assim, incrementar no GT os graus de representatividade da produção nacional sobre os conflitos ambientais.

Outra preocupação da coordenação do GT, compartilhada com a direção da ANPOCS, refere-se ao objetivo de assegurar a participação e intercâmbio entre pesquisadores que se encontram em diversos estágios da carreira acadêmica. Em relação a esse aspecto, nota-se, como mostra a Tabela 2, abaixo, uma forte presença de doutores, que contam 43 sobre um total de 83 autores, ou seja, cerca de 52%, do total. E assim como tem ocorrido com a prevalência de autores do sudeste, a predominância de doutores no GT vem declinando continuamente, passando de cerca de 73% na primeira edição, em 2004, para cerca de 46%, na edição de 2008.

Tabela 2 – Estágio dos autores na carreira acadêmica, por ano

ESTÁGIO NA CARREIRA	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
DOUTOR	8	7	12	6	10	43
DOUTORANDO	2	4	4	2	1	13
MESTRE	-	1	2	1	5	9
MESTRANDO	1	-	6	4	5	16
GRADUADO	-	-	-	-	1	1
S/ INFORM.						1
TOTAL	11	12	24	13	23	83

Fonte: textos de comunicações ao GT de conflitos ambientais da ANPOCS, em suas edições de 2004 a 2008.

Essa tendência talvez se ligue ao fato de que a coordenação do GT tenha sentido a necessidade de, nos primeiros anos de sua existência, incorporar uma maior participação de doutores com vistas à consolidação do GT. Esse receio foi naturalmente diminuindo com o tempo, à medida que o GT confirmava sua continuidade. Além disso, a consolidação do GT tornou-o mais conhecido no meio acadêmico (fato que se reflete no crescimento anual do volume de resumos recebidos) e passa a receber um grande número de propostas de pesquisadores não-doutores. Seja como for, consideramos bastante positiva a tendência de incorporação de autores não-doutores, para que o GT não seja apenas local de debate entre seniores, mas também espaço que contribua no desenvolvimento de pesquisas de mestrados e doutorandos, o que acaba, ainda, por promover a formação de novos doutores envolvidos com a problemática dos conflitos ambientais.

Quanto às áreas de maior titulação dos autores (à época do recebimento dos textos), representadas na Tabela 3, abaixo, vemos forte concentração na área de sociologia, que reúne nada menos que 39, ou cerca de 47%, dos casos, seguida, de longe, pela área de antropologia, com 12 casos. Nesse aspecto, apenas o ano de 2006 apresenta-se atípico: essa edição do GT contou com a participação de sete autores com a maior titulação em sociologia, seis em antropologia e seis em ciências exatas.

Tabela 3 – Áreas de maior titulação dos autores, por ano

ÁREA	A N O					
	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
SOCIOLOGIA	6	8	7	5	13	39
ANTROPOLOGIA	1	1	6	2	2	12
C. POLÍTICA	1			4		5
ECONOMIA	1		1		2	4
GEOGRAFIA		2				2
DES. RURAL			1		1	2
PLAN. URB. REG.			1		1	2
DES. SÓCIO-AMB			1		1	2
OUT/HUMANID.	2	1	1	2	2	8
OUT/EXATAS		2	6			6
SEM INFORM.					1	1
TOTAL	11	12	24	13	23	83

Fonte: textos de comunicações ao GT de conflitos ambientais da ANPOCS, em suas edições de 2004 a 2008, e Plataforma Lattes do CNPq.

Parece-nos particularmente preocupante a baixa participação de pesquisadores ligados à ciência política, economia e geografia. Esse dado pode estar a indicar que, no país, a temática dos conflitos ambientais é ainda bastante externa a essas disciplinas. Seria preciso, então, provocar, tanto no trabalho teórico quanto nas análises empíricas, “traduções” e apropriações recíprocas de conceitos oriundos dessas disciplinas e aqueles, pertinentes à sociologia e à antropologia, que vêm sendo investidos no estudo dos conflitos ambientais.

Por fim, ainda em relação aos dados que permitem refletir sobre os critérios, conscientes ou não, que têm operado a seleção dos autores/expositores, vale lembrar que houve, ao longo de cinco anos de funcionamento do GT a repetição de apenas três dos 83 autores. Trata-se, aqui, de um produto intencional, de vez que a coordenação do GT tem intencionalmente evitado ao máximo a repetição de apresentadores, para tornar o acesso o mais democrático possível, evitando a oligarquização do fórum.

III- O “QUE” OS AUTORES/EXPOSITORES DO GT ESTUDAM?

Como se caracterizam as situações de conflito ambiental abordadas no GT? Onde se localizam os recortes empíricos? Que tipos de “ambiente” têm sido estudados? Quais são os atores envolvidos nessas situações? Quais os principais debates conceituais que têm tido lugar no GT? Que relações há, se é que podemos identificá-las entre o perfil de “quem estuda” e “o que” é estudado? Principiemos pelo exame das situações empíricas tomadas como objeto das comunicações.

Em relação à localização por estado dos recortes empíricos estudados observa-se, na Tabela 4, a seguir, a mesma predominância da região sudeste já que nela se localizam 29, ou cerca de 38%, dos casos - contra 13 casos, ou cerca de 17%, no nordeste, e 11 casos, ou cerca de 14%, no norte. Essa dominância de estados do sudeste como recorte empírico dos trabalhos não ocorreu, contudo, nas edições do GT de 2004 (18%, contra 28% de trabalhos sobre estados do sul e 36% de trabalhos mais teóricos, sem referência empírica mais precisa) e 2006 (28%, mesmo índice dos estados nordestinos; os estados do norte e sul, somados, alcançaram 22%).

Tabela 4 - Localização dos recortes empíricos, por estado, por ano

ESTADO	A N O					TOTAL
	2004	2005	2006	2007	2008	
MG	1	3	4	2	6	16
RJ		2	1	1	2	6
SP				2	3	5
ES	1			1		2
SE	2	5	5	6	11	29
AM	1			1	2	4
PA		2	2	1	3	8
AL					1	1
AP					1	1
N	1	2	2	2	7	14
PR	2	1	1		1	5
SC			1			1
RS					1	1
S	2	1	2		2	7
MA			3	1		4
BA	1			1		2
CE			1	1	1	3
PB			1		1	2
RN			1			1
NE	1		6	3	2	12
MS					1	1
MT					1	1
DF					1	1
CO					3	3
GB	1	1				2
BR		1	1			2
SR	4		2	2		8
AM. SUL					4	4
SEM INF						2
TOTAL	11	10	18	13	29	83

Fonte: textos de comunicações ao GT de conflitos ambientais da ANPOCS, em suas edições de 2004 a 2008.

O predomínio de situações empíricas localizadas em estados do sudeste reflete, naturalmente, a concentração, nessa região, das instituições de pertencimento e de pós-graduação dos autores. Por uma questão de exequibilidade das investigações, os

pesquisadores (sejam eles professores ou pós-graduandos) optam por estudar situações empíricas que se situem no mesmo estado ou região em que trabalham ou estudam.

Apenas em 13 casos encontramos autores de uma região estudando situações empíricas localizadas em outra região do país. Desses 13 casos, oito referem-se a pesquisadores oriundos do sudeste que investigam contextos empíricos situados nas regiões nordeste (cinco casos, três deles referentes a conflitos envolvendo pescadores e grandes projetos capitalistas ou Unidades de Conservação) e norte (três casos, todos eles relativos a conflitos que envolvem povos indígenas). Pesquisa na Plataforma Lattes do CNPq permite inferir que parte dessas escolhas vincula-se a pesquisas de dissertações e teses que, embora se desenvolvam no âmbito de programas de pós-graduação localizados no sudeste, têm como objeto situações empíricas localizadas em estados, do norte ou do nordeste, de onde vieram os autores dessas teses e dissertações.

De outra parte, a eleição de contextos empíricos localizados em estados do norte ou do nordeste talvez esteja ligada a certa predileção que as pesquisas sobre conflitos ambientais demonstram pelo estudo de “ambientes” em que as condições naturais e biomas encontrar-se-iam (supostamente) menos transformados pela ação humana. E esses “ambientes” ocorrem com maior assiduidade e pujança nas regiões menos industrializadas e urbanizadas do país.

Essa ilação parece encontrar suporte quando observamos a distribuição dos trabalhos conforme o tipo de “ambiente” que tomam como objeto. É o que se vê na Tabela 5, a seguir.

Note-se que nada menos que 45 (ou cerca de três quartos) dos 59 trabalhos de análise empírica tomam como objeto situações que se desenvolvem em “ambientes” pouco urbanizados, que colocamos sob a categoria geral de “rurais”. Pertencem a essa categoria a “zona rural” (26 casos), as florestas (10 casos) e as regiões litorâneas (8 casos). Já os textos que tratam de situações “urbanas” somam apenas 14 casos, ou seja, cerca de 24% dos casos de análise empírica. Em relação a esse aspecto, destaque-se a ausência de trabalhos sobre o urbano na primeira edição do GT, seguida de um equilíbrio, na edição de 2005 (40% dos trabalhos sobre o mundo “rural” e 40% sobre o “urbano”). Nas edições de 2006 e 2007, a primazia dos estudos do mundo “rural” sobre o “urbano” se faz novamente sentir (72% contra 11% e 69% contra 31%, respectivamente), para declinar na edição de 2008 (62% contra 32%).

Tabela 5 – Distribuição dos recortes empíricos, por tipo de “ambiente”, por ano

“AMBIENTE”	A N O					TOTAL
	2004	2005	2006	2007	2008	
ZONA RURAL	2	2	7	6	9	26
FLORESTAS	3	1	4	2	1	11
PRAIAS	2	1	2	3		8
“RURAL”	7	4	13	11	10	45
URBANO		4	2	3	5	14
BRASIL				2		2
GLOBAL	1	1				2
SEM REF.		1	2		1	4
TRAB TEÓR.	4		1			5
TOTAL	12	10	18	16	16	72

Fonte: textos de comunicações ao GT de conflitos ambientais da ANPOCS, em suas edições de 2004 a 2008.

Pois bem, apenas cinco dos trabalhos sobre conflitos ambientais que se desenvolvem em contextos urbanos ocorrem em estados do norte ou do nordeste. Todos os demais se verificam em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (à exceção de um único caso em Curitiba).

A forte predominância de estudos empíricos sobre “ambientes” rurais também se revela quando voltarmos o foco para o exame dos atores envolvidos nos conflitos investigados. Note-se que as situações em que populações urbanas aparecem como atores somam apenas seis casos, ou seja, cerca de 9% das 64 situações que mencionam atores ou grupos sociais subalternos. Todas as outras 58 situações (ou cerca de 91%) envolvem atores subalternos não-urbanos.

Tabela 6 – Atores dos conflitos, por ano

ATORES	A N O					TOTAL
	2004	2005	2006	2007	2008	
IMPLEMENT. DE UCs	3		2	4	4	13
EMPREEND. EST. DE INFRA-EST.			2	1		3
PROMOT. CAMP. PREVENTIVAS		1	2	2		5
DEFESA CIVIL			1		1	2
SUBTOTAL	3	1	7	7	5	23
CAPITAL MÍNERO-SIDERÚRG.		2		1		3
CAPITAL HIDRELETRICIDADE		1	2	4	1	8
CAPITAL MONOCULTURAS	1		3		1	5
CAPITAL CELULOSE				1	1	2
CAPITAL PECUÁRIA			1			1
CAPITAL MADEIREIRAS			1		1	2
CAPITAL IRRIGAÇÃO			1			1
CAPITAL TURISMO	2	1		1		4
CAPITAL BIOTECNOLOGIAS		2		1		3
CAPITAL IMOBILIÁRIO	1			1	1	3
CAPITAL IND. QUÍMICA			1			1
CAPITAL IND. PETROLEO			1	2	1	4
SUBTOTAL	4	6	10	11	6	37
POPULAÇÕES RIBEIRINHAS	1			1	2	4
POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS			2		1	3
GERAIZEIROS	1				1	2
CAATINGUEIROS	1					1
PESCADORES	4	1	2	1		8
INDÍGENAS			2	4	2	8
QUILOMBOLAS			1	3	4	8
VAZANTEIROS					3	3
QUEBRADEIRAS DE COCO			1			1
CAMPONESES	1	2	6	5	4	18
CAIÇARAS	2					2
POPULAÇÕES URBANAS		2	1	2	1	6
SUBTOTAL	10	5	15	16	18	64

Fonte: textos de comunicações ao GT de conflitos ambientais da ANPOCS, em suas edições de 2004 a 2008.

Como argumentaremos mais à frente, a notável predileção dos textos do GT por situações empíricas “rurais” está ligada à assunção de certos pressupostos conceituais sem que se realize uma reflexão sistemática sobre eles. Isso não significa que o debate teórico tenha estado ausente das reuniões do GT. Pelo contrário, quase invariavelmente a

discussão das análises empíricas se dirige à consideração dos conceitos nelas investidos pelos autores. Entretanto, essa discussão tem se limitado a constatar e circunscrever os problemas teóricos subjacentes, sem, contudo, tratá-los de forma sistemática.

Ainda em relação aos atores envolvidos nos conflitos examinados no GT, vemos que o Estado se destaca como agente que promove ações que de alguma forma ameaçam a territorialidade dos grupos sociais subalternos e “povos tradicionais”. Entre as iniciativas estatais desse tipo, destacam-se as ações de caráter conservacionista (com destaque para a criação de Unidades de Conservação, com 13 ocorrências). Quanto à participação de capitais privados como agentes de desterritorialização ou de degradação ambiental, destaque-se o papel desempenhado pelos setores envolvidos no “complexo siderúrgico”, tais como as usinas hidrelétricas (8 casos), as monoculturas de eucalipto (7 casos) e as próprias usinas de produção de ferro e ligas metálicas (3 casos). Além desses setores, é forte também a presença dos empreendimentos turísticos e da indústria petrolífera. A predominância desses atores, nos estudos apresentados ao GT, expressa determinações estruturais do processo mais recente de acumulação de capital praticado no país. Com efeito, tanto na vigência da “modernização recuperadora” brasileira, verificada entre as décadas de 1950 e 1980, quanto no contexto da “desindustrialização endividada” que se segue ao colapso do nosso “fordismo periférico”¹, a divisão internacional do trabalho consigna ao Brasil o protagonismo na produção de *commodities* que requer a intensa destruição das condições gerais de apropriação territorial das populações e grupos subalternos. Incluem-se nessa categoria as atividades envolvidas na cadeia de produção/comercialização de ligas metálicas (tais como, além da metalurgia propriamente, o plantio de vastas monoculturas de eucalipto, a construção de um sem-número de usinas hidrelétricas, a expansão vertiginosa da mineração de ferrosos, a implantação de grandes projetos de infra-estrutura, como minerodutos, portos, estradas), a indústria da celulose, as monoculturas para a produção de agrocombustíveis, as monoculturas irrigadas de grãos etc. Aliado à expansão dessas atividades e dos conflitos territoriais correlatos, dissemina-se no país a criação de unidades de conservação (em grande parte resultante de condicionantes postas pelos processos de licenciamento ambiental) que, em geral, contribui para agravar a precarização das condições de apropriação territorial das populações locais e grupos sociais subalternos.

¹ Para uma análise da modernização recuperadora brasileira e seu colapso, assim como das implicações sócio-territoriais desses processos, veja Carneiro (2003).

IV- COMO PENSAM OS AUTORES DO GT? (ELEMENTOS PARA UM DEBATE CONCEITUAL)

O fato de que os textos enviados ao GT tomem como objeto situações empíricas que reúnem as características acima esboçadas, e não outras, resulta, evidentemente, como se disse acima, da proeminência de conflitos territoriais abertos pelos processos produtivos centrais de nosso “modelo” de acumulação de capital. Contudo, de um ponto de vista estrutural-constitutivista² as representações do mundo social não resultam da impressão, na mente, pelos “dados” empíricos objetivos, como nas concepções positivistas³. Numa chave kantiana, compreende-se que o que chamamos conhecimento resulta de uma atividade eminentemente construtiva do intelecto, que seleciona e significa o infinito fluxo das impressões transmitidas pelos fenômenos empíricos, inscrevendo-as numa ordem conceitual subjacente que através da qual esses fenômenos se tornam compreensíveis e, em algum grau, previsíveis. Contudo, de uma perspectiva especificamente sociológica, esse processo construtivo do conhecimento, ao contrário da clássica postulação da “Analítica Transcendental” de Kant (1996), não opera por meio de categorias *a priori* do espírito, e sim, como argumenta o Durkheim de *As formas elementares de vida religiosa*, por intermédio de representações *socialmente construídas* (DURKHEIM, 1989: 37 ss.).

Contudo, se o mérito da teorização de Durkheim está em chamar a atenção para a natureza social das categorias e representações do mundo, sua fraqueza revela-se na especificação dos mecanismos e processos sociais que produzem tais categorias e representações na forma de elementos simbólicos vinculatórios para determinados grupos sociais. Aqui, como se sabe, Durkheim apela para a misteriosa combinação de representações individuais, que, por uma espécie de efeito de síntese, alcançaria o estado de “realidade *sui generis*”, isto é, social, no sentido de geral porque vinculatória.

Teríamos que nos reportar à sociologia do conhecimento de inspiração marxista, para identificar, no processo de gênese e imposição de determinadas representações do

² Trata-se da abordagem que Bourdieu denomina “estruturalismo genético” (BOURDIEU, 1990: 26).

³ São essas concepções que parecem estar na base da ideologia da “modernização ecológica” assumida por certos analistas da chamada “questão ambiental”, quando consideram a existência de uma “consciência ambiental” determinada pelo simples reconhecimento cognitivo da “realidade objetiva” dos “problemas ambientais”, supostamente expressa em “indicadores objetivos”. Para uma crítica dessas concepções, vejam-se, por exemplo, Acsegrad (2004: 13-14) e Carneiro (2005).

mundo, o papel das relações sociais e das lutas encetadas pelos atores que ocupam posições determinadas pela estrutura constituída pelo conjunto dessas relações⁴. Na sociologia contemporânea, Bourdieu nos parece ser o autor que nos oferece uma teorização bastante sistemática acerca das conexões entre a produção e imposição social de sistemas simbólicos e as relações de poder implicadas no âmbito da sociedade (BOURDIEU, 1989); além disso, o autor desenvolve, com base em sua praxeologia das lutas simbólicas, um “modelo” de análise da produção e imposição de categorias e representações que se verifica no campo científico, na qualidade de “espaço social” das sociedades contemporâneas especializado na produção da “verdade do mundo”.

A partir dessas considerações, seria preciso explicitar os pressupostos conceituais que constituem as matrizes de categorização e interpretação através das quais os autores que apresentaram trabalhos no GT selecionaram e analisaram as situações empíricas cujas características esboçamos mais acima; além disso, para compreender as “opções” conceituais que orientam as análises empíricas dos trabalhos apresentados no GT, seria necessário objetivá-las no campo das ciências sociais, mais especificamente no subcampo definido (pelos próprios atores desse subcampo) como aquele dedicado ao estudo da chamada “questão ambiental”.

Esse trabalho de auto-objetivação sistemática não tem sido desenvolvido no âmbito do GT. Vale notar, aqui, que apenas sete dos 64 trabalhos recebidos pelo GT empreendem uma discussão mais teórica; além disso, cinco desses trabalhos foram apresentados na primeira edição do GT, em 2004, e apenas dois posteriormente.

De uma maneira geral, é razoável sustentar que as análises de situações empíricas apresentadas ao GT tendem, em virtude da orientação imprimida por seus coordenadores, a operar com conceitos, em certa medida compartilhados, relacionados ao estrutural-construtivismo crítico acima esboçado. Encontramos evidência eloqüente a esse respeito quando verificamos que Pierre Bourdieu é o autor mais referenciado na bibliografia dos trabalhos apresentados, com nada menos que 26 ocorrências. Nota-se uma forte propensão a pensar as situações empíricas a partir do papel nelas desempenhado pelas lutas simbólicas pela imposição das “di-visões de mundo”, questão sobre a qual versam

⁴ Essa sociologia do conhecimento marxista tem n’*A ideologia alemã* seu texto fundador (MARX e ENGELS, 1977). Entre os trabalhos que se dedicaram de modo especial ao desenvolvimento dessa sociologia, citem-se, entre outros, Mannheim (1968) e Löwy (1987).

os trabalhos de Bourdieu mais assiduamente referenciados, tais como *O poder simbólico* (12 ocorrências) e *Economia das trocas simbólicas* (duas ocorrências).

Se as elaborações intelectuais de Bourdieu sobre o poder simbólico são as mais presentes no pano de fundo teórico em que se ancoram as análises apresentadas ao GT, as abordagens mais específicas da “questão ambiental” parecem mais fortemente influenciadas pelas formulações de Henri Acelrad acerca da chamada “questão ambiental” como objeto epistêmico. Com efeito, Acelrad é o segundo autor mais referenciado nas bibliografias dos trabalhos apresentados ao GT, com 24 ocorrências. Os trabalhos mais citados do autor, ambos editados em 2004, são o livro, por ele organizado, *Conflitos ambientais no Brasil* (notadamente o artigo de sua autoria “As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais”), e o livro *Justiça ambiental e cidadania*, cuja organização foi feita por Acelrad, Selene Herculano e José Augusto Pádua (principalmente o artigo de Acelrad denominado “Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas). O primeiro livro aparece referenciado 9 vezes e o segundo, seis.

Nesses trabalhos, Acelrad apresenta esforço de sistematização de uma abordagem da “questão ambiental” centrada nas noções de “conflitos ambientais” e “justiça ambiental”. O autor procura construir essa abordagem mediante a desconstrução crítica das perspectivas dominantes sobre o tema, a saber, os paradigmas da “modernização ecológica” e do “desenvolvimento sustentável”. Valendo-se, em larga medida, do estrutural-construtivismo crítico de Pierre Bourdieu, Acelrad avança na formulação de um esquema de análise que considera as formas vigentes de apropriação do “mundo material” como resultado das lutas ligadas deflagradas por processos em que as atividades de apropriação das condições ambientais desenvolvidas por determinados grupos sociais ameaçam, fragilizam ou comprometem a continuidade das formas de apropriação empreendidas por outros grupos sociais, seja essa interferência mediada pela interconectividade ecológica dos territórios, seja ela decorrente do fato de estarem diferentes atores demandando a apropriação das mesmas condições ambientais.

Na medida em que esses processos não ocorrem num espaço social amorfo, e sim nos marcos de relações sociais assimétricas, os grupos sociais dotados de maior aporte de “capitais” (econômico, político, simbólico etc.) em situação de vantagem estrutural nas lutas pela apropriação, inseparavelmente material e simbólica, do “mundo material”. Assim, os conflitos ambientais se originam e, ao mesmo tempo, colocam em questão as

desigualdades ambientais estruturalmente postas pela lógica da acumulação de capital. Nesses processos, desempenham papel importante o Estado e a ciência, na qualidade de instâncias dotadas de forte poder simbólico.

Outra autora bastante referenciada pelos trabalhos apresentados ao GT, e que, numa perspectiva semelhante à de Acselrad, tem desenvolvido esforços de elaboração conceitual sobre o domínio de objeto do subcampo das ciências sociais dedicado à discussão da chamada “questão ambiental”, é Andréa Zhouri, com 18 ocorrências. Os trabalhos mais referenciados da autora são aqueles em que realiza análise os conflitos relativos à construção de barragens de usinas hidrelétricas, presentes no livro *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais*, coletânea organizada pela autora, em conjunto com Klemens Laschefski e Doralice Barros Pereira.

Destacam-se, ainda, outros autores que, trabalhando na mesma perspectiva, são geralmente utilizados na discussão de questões em relação às quais se tornaram referências, tais como Norma Valencio (conflitos por água, colapso de barragens e crítica às práticas “desapossadoras” empreendidas pela Defesa Civil), Alfredo Wagner B. de Almeida (expropriação de indígenas e povos tradicionais), Antônio Carlos Sant’Ana Diegues (etnoconservação)⁵. Henyo Trindade Barreto Filho (povos indígenas e tradicionais), José Augusto Pádua (história do “pensamento ecológico no Brasil), Franklin Daniel Rothman (conflitos relativos à construção de barragens de usinas hidrelétricas) e Ricardo Ferreira Ribeiro (conflitos ambientais no cerrado).

⁵ Diegues aparece com destaque nas referências bibliográficas dos textos do GT (20 ocorrências), notadamente por meio de seu livro *O mito moderno da natureza intocada*.

V- À MANEIRA DE CONCLUSÃO: ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DO DOMÍNIO DE OBJETO DO DEBATE

Após participar ativamente de todas as edições do GT até aqui realizadas, ficamos com a impressão de que uma das tarefas mais importantes é a de avançar na elaboração conceitual do domínio de objeto das discussões que se travam no GT. Essa impressão foi se formando à medida que, repetidamente, os participantes têm se perguntado, no decorrer dos debates, acerca do estatuto teórico do conceito de “conflitos ambientais” que se pretende que seja o delimitador do âmbito da problemática que justifica a existência do GT.

Mais especificamente, percebemos que pairam sobre o GT indefinições cruciais: o “ambiente” que é construído e disputado pelos atores refere-se apenas à “natureza” ou às “condições naturais”, entendidas como os elementos e processos comandados pela lógica do mundo físico-biótico que independe da ação humana? Ou esse “ambiente” incorpora também o ambiente construído pela atividade humana, assim como as relações sociais e sistemas simbólicos implicados nessa construção? Essa imprecisão, várias vezes apontadas pelos participantes, se expressa nos próprios títulos que o GT vem assumindo em suas várias edições: em 2004, chamou-se “Natureza e sociedade: a sustentabilidade em questão”; em 2005 e 2006, “Conflitos sociais e meio ambiente”; em 2007, 2008 e 2009, “Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais”. A inclusão do termo “processos de territorialização”, e sua manutenção por três anos seguidos, assim como a exclusão de termos como “natureza” e “meio ambiente” (conquanto se mantenha, ainda o adjetivo “ambientais”, para qualificar o tipo de conflito de que se trata), indicam que os participantes do GT se inclinam pela segunda alternativa, passando a considerar a importância do conceito de território, embora não se disponham a abandonar completamente a noção de “meio ambiente”. Tampouco, como dissemos, o GT tem se dedicado a considerar sistematicamente esses conceitos e a relação entre eles.

Particularmente, prefiro abandonar o uso da noção de “meio ambiente” em favor do conceito de “território”, por várias razões. De início, a noção de meio ambiente, originária das ciências naturais, enfatiza a dimensão da “natureza”. Não por acaso, mais de 90% das situações empíricas apresentadas no GT referem-se a contextos em que as condições naturais são mais proeminentes e “raras”, enquanto menos de 10% dos trabalhos incidem sobre cenários urbanos, em que a paisagem natural estaria já muito

transformada pela ação humana. Contudo, penso que o que interessa especificamente às ciências sociais nessa questão são as práticas sociais de apropriação do espaço e do que nele se contém. Ou seja: o “ambiente” que interessa às ciências sociais é o ambiente já apropriado pela ação humana, ou seja, o território⁶. E, sabemos, não há mais espaços terrestres que não tenham sido, em maior ou menor grau, apropriado pelas práticas sociais. Assim, chamar esses espaços de “ambiente” não me parece suficiente para sublinhar a especificidade das práticas de apropriação como objeto específico das ciências sociais.

Falamos aqui de “apropriação” no sentido da capacidade (mesmo que parcial) de imprimir determinados usos a certas porções do espaço. É preciso considerar que essa capacidade depende de um conjunto de “condições de apropriação”. Assim, por exemplo, para utilizar uma certa porção do espaço para produzir alimentos para sua subsistência e para vender no mercado em troca de gêneros de que necessita, uma família ou um grupo de camponeses precisa estar no domínio de um conjunto de condições bastante complexo: condições político-jurídicas, que lhe assegurem a posse da terra, inclusive podendo recorrer e obter o concurso da coação física legítima para impô-la; condições naturais, ou seja, determinadas quantidades e qualidades de solo, a água, o ar, a insolação etc.; condições técnicas, tais como o domínio de técnicas e meios de produção determinados; condições financeiras, garantidas, por exemplo, pelo acesso a recursos públicos sob a forma de crédito agrícola; estruturas de comercialização, que permitam a efetiva venda dos produtos; condições simbólicas, que assegurem a legitimidade social desse tipo de prática etc. Nessa perspectiva, apropriação territorial significa o domínio e emprego de um conjunto complexo de condições que possibilitam a um determinado grupo social não apenas controlar uma porção do espaço, mas também torná-lo (e mantê-lo) apropriado aos usos (materiais e simbólicos) que ele faz ou pretende fazer desse espaço e do que nele contém.

Poderíamos, assim, falar de conflitos *territoriais*, para circunscrever, como objeto epistêmico da pesquisa e do debate científicos, as lutas em que dos atores sociais, situados em condições assimétricas, disputam as condições de apropriação dos territórios. Nessa ótica, a “conectividade” entre os territórios, ou melhor, entre os diferentes

⁶ A discussão sobre o conceito de território possui uma longa tradição, não só na geografia, é claro, mas também na antropologia e, em menor medida nas ciências econômicas. Para uma exposição didática e sintética dessa discussão, consultar HAESBAERT (2007).

“projetos de apropriação”, responsável pelos conflitos, não é vista somente como conectividade das condições naturais (ar, água, solo etc.), mas também e fundamentalmente como conectividade das condições de apropriação em disputa. Assim, por exemplo, poderíamos considerar como conflitos territoriais, ou conflitos pela apropriação territorial, a disputa entre os movimentos sociais representativos dos camponeses e representantes do agronegócio pelos recursos públicos que permitiram aos primeiros produzir alimentos para sua subsistência e aos últimos produzir *commodities* para a acumulação de capital. E poderíamos considerar como um *caso particular* (ou *subtipo*) desse tipo de conflito um conflito em que esses mesmos atores disputassem, por exemplo, o mesmo pedaço de terra ou os mesmos recursos hídricos necessários às suas atividades agrícolas.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri, (org.) (2004), *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll.

BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: DIFEL.

BOURDIEU, P. (1990), *Coisas ditas*, São Paulo: Brasiliense.

CARNEIRO, Eder J. (2003), “Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais”, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, Belo Horizonte: mimeo.

CARNEIRO, Eder J. (2005), “Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável”, in: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice B. (orgs.), *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais*, Belo Horizonte: Autêntica, pp. 27-48.

DURKHEIM, E. (1989), *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*, Trad. Joaquim Pereira Neto, São Paulo: Ed. Paulinas.

HAESBAERT, Rogério (2007), *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

KANT, I (1996), *Crítica da razão pura*, São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores).

LOWY, M. (1987), *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*, Trad. Juarez Guimarães, Suzanne Felicie Léwyl, São Paulo: Busca Vida.

MANNHEIM, K. (1968), *Ideologia e utopia*, Trad. Sérgio Magalhães Santeiro, Rio de Janeiro: Zahar.

MARX, K. e ENGELS, F. (1977), *A ideologia Alemã*, Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Grijalbo.

Tabela 1 – Distribuição dos autores segundo o estado em que se localizam suas instituições de pertencimento

ANO	SP	MG	RJ	ES	SE	PR	SC	RS	S	AL	MA	PB	CE	NE	PA	AM	AP	N	DF	MT	CO	T
2004	2	2	3	-	7	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	11
2005	-	4	4	-	8	1	-	-	1	1	-	-	-	1	1	-	-	1	1	-	1	12
2006	1	7	4	-	18	-	1	1	2	-	2	-	-	2	2	-	-	2	-	-	-	24
2007	2	2	4	-	9	-	-	-	-	-	1	1	-	2	1	1	-	2	-	-	-	13
2008	2	7	3	1	12	-	-	2	2	-	-	3	2	5	-	2	2	4	-	-	-	23
TOT	7	22	18	1	54	3	1	3	7	1	3	4	2	10	4	3	2	9	2	1	3	83

Fonte: textos de comunicações ao GT de conflitos ambientais da ANPOCS, em suas edições de 2004 a 2008.